

Processo () Parte () Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0019602-08.2021.8.17.200

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

0019602-08.2021.8.17.2001

Orgão Julgador

Seção A da 16ª Vara Cível da Capital

Classe CNJ

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assunto(s) CNJ

Acidente de Trânsito.

Partes

Exibir todas

Exibindo 5

AUTOR

ROBERTO CARLOS BATISTA DA SILVA

ADVOGADO(A)

ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS

RÉU

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ADVOGADO(A)

RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO

ADVOGADO(A)

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR

Movimentações

Exibir apenas 5 últimas

Exibindo todas

27/02/2023 11:57

Arquivado Definitivamente

27/02/2023 11:57

Expedição de Certidão.

15/02/2023 09:17

Expedição de Certidão.

14/02/2023 14:19

Expedição de Alvará.

14/02/2023 09:05

Expedição de intimação.

03/02/2023 01:05

Conclusos para despacho

02/02/2023 17:39

Conclusos para o Gabinete

26/01/2023 18:07

Juntada de Petição de liberação de alvará

09/01/2023 10:24

Juntada de Petição de outros (documento)

21/12/2022 17:51

Expedição de intimação.

01/12/2022 16:19

Juntada de Petição de outros (documento)

07/11/2022 08:39

Expedição de intimação.

21/10/2022 10:22

Embargos de Declaração Acolhidos

(Clique para expandir) ... DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Trata-se de embargos de declaração opostos, sob o argumento de que a sentença proferida apresenta omissão por ter silenciado o termo inicial da incidência dos juros de mora e da correção monetária. É o breve relatório. Decido. Acerca da matéria trazida à baila reconheço a omissão da sentença atacada, devendo incidir sobre o complemento da indenização do seguro DPVAT juros de mora a partir da citação, nos termos da súmula 426 do STJ e correção monetária a partir do evento danoso, consoante a súmula 580 do STJ. Diante do exposto, com fundamento no art. 1.022, I, do CPC, tomo conhecimento dos Embargos de Declaração oferecidos para, no mérito, ACATÁ-LOS EM PARTE, devendo acrescentar à sentença o termo inicial dos juros de mora a partir da citação, nos termos da súmula 426 do STJ e a correção monetária a partir do evento danoso, consoante a súmula 43 do STJ. Intimações necessárias. RECIFE, 20 de outubro de 2022 Juiz(a) de Direito

18/10/2022 21:07

Conclusos para julgamento

06/10/2022 21:01

Conclusos para o Gabinete

29/09/2022 21:11

Juntada de Petição de contrarrazões

26/09/2022 11:35

Expedição de intimação.

26/09/2022 11:34

Expedição de Certidão.

26/09/2022 11:29

Expedição de Alvará.

21/09/2022 08:48

Expedição de Alvará.

19/08/2022 08:52

Juntada de Petição de embargos de declaração

16/08/2022 10:23

Juntada de Petição de petição em pdf

16/08/2022 07:41

Expedição de intimação.

27/07/2022 21:15

Julgado procedente o pedido

(Clique para expandir) ... a de R\$1.687,50, restou comprovado que há complemento a ser pago no importe de R\$ 3.375,00. Dispositivo Sentencial Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo PROCEDENTE O PEDIDO autoral e extingo a presente ação com resolução do mérito, com esteio no art. 487, I do CPC/2015. Condene o réu ao pagamento da complementação no importe de R\$ 3.375,00 além das despesas processuais e honorários advocatícios no valor de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do art. 85 do CPC/2015. Ocorrido o trânsito em julgado e depositados os valores da condenação determino que a secretaria intime a parte credora para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar sua concordância e especificar o valor correspondente a cada alvará. Em seguida, expeça(m)-se o(s) alvará(s) com as cautelas de praxe, retendo as custas e as taxas devidas ao TJPE, se houver. Após as providências necessárias, ao arquivo. Intimem-se. RECIFE, 27 de julho de 2022 Juiz(a) de Direito

25/07/2022 22:51

Conclusos para julgamento

18/07/2022 12:31

Conclusos para o Gabinete

18/07/2022 12:31

Expedição de Certidão.

31/05/2022 14:24

Expedição de intimação.

24/05/2022 15:49

Juntada de Petição de petição

17/05/2022 15:12

Expedição de intimação.

11/05/2022 13:28

Juntada de Petição de petição

18/04/2022 19:10

Juntada de Petição de petição em pdf

12/04/2022 10:12

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... ISTA DA SILVA REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS DESPACHO
Diante do retorno negativo do AR (AUSÊNCIA) de intimação para à perícia médica designada, intime-se a parte autora para se pronunciar, no prazo de 05 (cinco) dias, adotando as providências que lhe compete. Ciente de que a inércia importará no julgamento do feito sem a produção da mencionada prova; Justificada a ausência, deve a Diretoria Cível designar nova data e hora para a perícia e proceder com as devidas intimações; Certificada a inércia da parte autora, retorne o processo concluso para sentença; Juntado ao processo o laudo pericial, intimem-se as partes para se pronunciarem no prazo comum de 15 (quinze) dias; Caso as partes requeiram esclarecimentos, remetam-se os autos ao perito; Prestados os esclarecimentos, expeça-se alvará dos honorários periciais, se for o caso, com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Intimações necessárias. RECIFE, 11 de abril de 2022 Juiz(a) de Direito

11/04/2022 21:09

Conclusos para despacho

11/04/2022 10:06

Conclusos para o Gabinete

11/04/2022 10:04

Expedição de Certidão.

30/03/2022 18:08

Juntada de Petição de outros (petição)

21/03/2022 12:47

Expedição de intimação.

10/02/2022 14:45

Juntada de Petição de certidão

24/01/2022 09:49

Expedição de intimação.

24/01/2022 09:45

Expedição de intimação.

14/01/2022 13:04

Expedição de Certidão.

05/07/2021 16:13

Juntada de Petição de petição

07/06/2021 11:47

Juntada de Petição de contestação

01/06/2021 17:56

Juntada de Petição de certidão

29/03/2021 12:13

Expedição de citação.

29/03/2021 12:13

Expedição de intimação.

23/03/2021 13:32

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... e Ofício n. 005/2015 – TJPE/CGRSCAC), restando plausível a disparidade financeira entre as partes. 4. Cite-se e intime-se a ré, via carta com AR, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), perante a Caixa Econômica Federal e, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente; 5. Intime-se também a parte autora, por meio do seu advogado, para tomar ciência da presente decisão e, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente; 6. Decorrido o prazo assinalado e apresentado o comprovante do depósito judicial, remeta-se o processo para a realização da perícia. 7 . Apresentado o laudo pericial, intemem-se as partes para se pronunciar no prazo comum de 15 (quinze) dias. 8 . Caso as partes requeiram esclarecimentos, remetam-se os autos ao perito. Cumpra-se. Recife, 23 de março de 2021. Valdereys Ferraz Torres de Oliveira Juíza de Direito (em exercício cumulativo)

22/03/2021 17:26

Conclusos para decisão

22/03/2021 17:25

Distribuído por sorteio

Audiências

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.